



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12525 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A BNCC: Percepções docentes

Judith de Jesus - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

### **O ENSINO DE GEOGRAFIA E A BNCC: Percepções docentes**

#### **GT5 Estado e Política Educacional**

**Palavras-chave:** Professor de Geografia; BNCC; Rodas de Conversa; Política Pública.

## **1. INTRODUÇÃO**

O objetivo deste resumo é apresentar os resultados parciais de pesquisa em andamento com os professores de Geografia das escolas estaduais e particulares do município de Caetitê/Bahia, sobre a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017).

É sabido que no ano de 2018, Rossieli Soares, o então ministro da Educação, homologou a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para a etapa correspondente ao Ensino Médio. No “Novo Ensino Médio” o componente curricular de Geografia deixa de existir e o seu conteúdo passa a ser integrado em forma de conceitos e temas na Áreas de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Nosso intuito é analisar a percepção dos docente de Geografia quanto as mudanças do “Novo Ensino Médio”, e demais “Ciências Humanas e Aplicadas”, os quais, em sua maioria, precisam lecionar para complementarem a carga horária.

A pesquisa continua em andamento uma vez que devido ao aumento de casos de COVID/19, foi suspensa dentre os meses de maio, junho e julho de 2022, o que fez com que

as aulas fossem suspensas na região.

## 2. RODAS DE CONVERSA: Uma metodologia participativa

Conversar é próprio da natureza humana. Em todos os tempos e civilizações conhecidas as “rodas de conversa” sempre apareceram para momentos que vão desde as refeições as discussões sobre assuntos de grande relevância. Nos últimos tempos, com a perspectiva de aceleração do tempo diante aos inúmeros recursos tecnológicos torna-se relevante retomar prática milenar.

As rodas de conversa se tornaram instrumento potente enquanto metodologia de trabalho uma vez que possibilitaram e instigaram a memória em seu aspecto coletivo onde a construção e a reconstrução de conceitos, ideias e fatos se dão a partir da dialogicidade.

Nesse sentido utilizamos para essa pesquisa, além de estudo bibliográfico e documental as rodas de conversa. Assim aconteceram duas rodas de conversa de forma presencial e três se deram pela plataforma digital *Google meet*. A princípio, foram convidados dez professores, que compareceram em totalidade apenas na primeira roda de conversa. Na segunda roda, oito professores participaram e nas demais, apenas sete participantes.

Os professores foram identificados com codinomes que remetam aos conceitos da Geografia, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1** – Codinomes dos Sujeitos da pesquisa

CODINOME	TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TITULAÇÃO
Zona da Mata	15 anos	Especialista em Meio Ambiente
Agreste	23 anos	Mestrado em Geografia
Campos	10 anos	Mestrado em Memória
Pantanal	20 anos	Mestrado em Geografia
Caatinga	17 anos	Mestrando em Geografia
Zonas Litorâneas	23 anos	Especialista em Meio Ambiente
Cerrado	18 anos	Mestrando em Memória
Floresta Amazônica	20 anos	Especialista em Ensino de Geografia
Matas de Cocais	14 anos	Especialista em Meio Ambiente
Mata Atlântica	23 anos	Especialista em Ensino de Geografia

Fonte: Acervo de pesquisa, 2022.

Os sujeitos da pesquisa se graduaram em Geografia pela UNEB ou UESB e possuem formação complementar com cursos de especialização, pós-graduação, mestrado ou são

mestrandos. São professores que atuam na educação há pelo menos 10 anos. Alguns atuam no Ensino Fundamental II e Ensino Médio enquanto outros atuam somente nesta última modalidade.

### 3. A BNCC EM PAUTA

A BNCC é um documento normativo e obrigatório que visa nortear a Educação Básica e o Novo Ensino Médio. As mudanças ocorridas vão desde o aumento da carga horária de no mínimo 3000 horas, divididas em um máximo de 1800 horas para a Formação Geral Básica e um mínimo de 1200 horas para os itinerários formativos. Tais medidas visam a elaboração das escolas de uma nova estrutura curricular, flexível onde somente é obrigatório o ensino de Língua Portuguesa e Matemática nos 3 anos do Ensino Médio, ofertando diferentes possibilidades aos estudantes de escolha quanto ao seu próprio itinerários formativo, baseada nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional que preferirem. Os itinerários formativos são o conjunto de componentes curriculares, atividades, oficinas, projetos, pesquisa, dentre outras situações de trabalho, definidas em unidades curriculares, os quais os discentes poderão escolher se querem aprofundar nos aspectos específicos das área do conhecimento que são “Matemáticas e suas Tecnologias”; “Linguagens e suas Tecnologias”; “Ciências da Natureza e suas Tecnologias”; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”; e da “Formação Técnica e Profissional” (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas da FTP.

Os educandos tem autonomia para escolher o itinerário formativo e cursa-lo concomitantemente ou sequencial. Nesse sentido, é assegurado pela BNCC que as redes de ensino públicas e privadas terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar.

Tais mudanças foram acompanhadas por muitas discussões e manifestações de educadores, educandos e pesquisadores por acreditarem que as mesmas representam um retrocesso educacional para o Brasil, que retoma o ensino técnico com intuito de atender ao mercado de trabalho. Em especial quanto ao ensino de Geografia, aqui compreendida como o ramo das Ciência Humanas e Sociais Aplicadas que estuda espaço geográfico e tem por objetivo proporcionar aos alunos uma melhor compreensão da sua realidade quanto aos fenômenos locais e os de escala globais, tais mudanças foram vistas com grande preocupação uma vez que,

A Geografia como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação, o momento atual da chamada mundialização da economia (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009, p. 38).

De acordo aos autores supra citados o ensino de Geografia é fundamental para a formação de cidadãos críticos, participativo, atuantes e autônomos na sociedade e a diminuição da carga horária do componente curricular de Geografia e História, que possibilitam fazer a leitura de mundo menos ingênua, só pode ser vista como uma forma de

manipulação ideológica advinda do neoliberalismo e da visão mercadológica em que se sustenta a BNCC.

Zona da Mata (2022) afirma que talvez a maior dificuldade a ser enfrentada pelos professores de Geografia seja:

[...] a redução da carga horária e a seleção dos conteúdos. A carga horária de 02 aulas para 01 no Ensino Médio, pode afetar diretamente a aprendizagem geográfica e as 05 unidades temáticas que são denominadas o “sujeito e seu lugar no mundo”. Acredito fica muito restrito, sem margem para debatermos/discutirmos outros temas relevantes. Pode ser que eu esteja equivocado. Vou aguardar! (ZONA DA MATA, 2022).

Para Caatinga (2022),

[...] já achava pouco a carga horária de 2 horas semanais para passar o conteúdo aos alunos do Ensino Médio [...] agora fico pensando o que será desse aluno que não vai ter condições de compreender a geopolítica mundial, uma vez que a proposta invisibiliza essas questões em detrimento dos aspectos físicos. Não que não seja importante, mas nos primeiros anos do Ensino Fundamental tais conteúdos já são abordados. Os jovens do EM como responsáveis pelo itinerário a seguir e sem criticidade, não sei... Essa geração das mídias sociais precisam ter discernimento crítico e politizado! (CAATINGA, 2022).

Sobre a participação em discussões no período de elaboração da BNCC os docentes das escolas estaduais disseram participar desse momento através da Secretaria de Educação da Bahia (SEC/Ba) já os que também lecionam na rede particular disseram não tiveram oportunidade de participação de tais discussões, mas que a escola tem promovido momentos de estudo e discussão sobre a BNCC. Sendo assim, constata-se que a reforma promovida pela BNCC não foi tão democrática como nos fazem crer e que gerou descontentamento conforme nos relata os sujeitos da pesquisa:

Conforme Pantanal (2022),

A reforma promovida pela BNCC gerou muito descontentamento. Apesar de dizerem que houve um grande debate, eu particularmente não participei de nenhuma tomada de decisão. E nem indiquei alguém para me representar. Ouvia dizer que haveria uma reforma na educação do país com a aprovação da BNCC, mas de forma alguma imaginei que haveria diminuição da carga horária de disciplinas com Geografia e História [...] isso desfavorece muito a Geografia (PANTANAL, 2022)

Agreste (2022) pontua que:

[...] a flexibilização do currículo pode ser interessante, mas sabemos que isso não significa dizer que o aluno terá autonomia para trilhar seu “destino”. Isso é uma falácia, pois o aluno irá cursar o que for possível para a escola ofertar. Além disso a obrigatoriedade do ensino de Português e Matemática em detrimento de disciplinas que aguçam a criticidade, a autonomia e a cidadania não é algo ao acaso, mas faz parte de uma engrenagem para atender as necessidades do mercado capitalista globalizado (AGRESTE, 2022).

Diz-nos Matas de Cocais (2022) que “a categoria não foi ouvida durante as reformas impostas às disciplinas das Ciências Humanas” (MATAS DE COCAIS, 2022). Desta maneira, não só os professores apresentaram resistência em receber a nova BNCC, mas também a escola e alunos. Sobre isso, Floresta Amazônica (2022) destaca que:

[...] penso que os professores receberam com o mesmo sentimento de sempre. de não serem ouvidos, ou se ouvidos não terem suas reivindicações atendidas. Penso que a escola está se esforçando para se adequar às novas exigências e os alunos ainda não

estão sabendo desta reforma e nem tem maturidade para entendê-la (FLORESTA AMAZÔNICA, 2022).

Mata Atlântica (2022) apontou resistência de início, mas disse:

De início tive um pouco de resistência, mas ao longo das discussões fui entendendo as mudanças. Assim pude perceber que houve uma maior flexibilização na grade curricular, a ideia principal talvez seja aumentar nosso engajamento dentro de sala de aula, mas espero também que haja mais investimento na capacitação de professores e coordenadores (MATA ATLÂNTICA, 2022).

De acordo com Cerrado (2022):

Reformas são necessárias e o tempo irá nos dizer se esta reforma está a serviço do aluno ou do grande capital. Tenho minhas dúvidas se esta reforma irá de fato beneficiar nossos alunos, pelos motivos elencados por mim até o final deste questionário (CERRADO, 2022).

Já Zona Litorânea (2022) afirma que na escola em que trabalha ainda não foi implantada a BNCC, e diz que estão estudando a BNCC para melhor conhecer as exigências que devem ser efetivadas:

[...] nossa escola estava sem diretor e o início do anos com a volta das aulas presenciais, os alunos tão empolgados depois de 2 anos de reclusão, decidimos estudar a BNCC para nos adaptarmos as mudanças com mais segurança. Apesar de que já havia alguns colegas trabalhando com Projeto de Vida que é uma das atribuições que compete a escola agora com a BNCC (ZONA LITORÂNEA, 2022)

Corroborando, Caatinga (2022) descontraidamente complementa:

[...] junto com a pandemia a escola, as reformas se tornaram um caos, logo percebe-se o retrocesso do campo educacional tentando implantar algo "novo", quando na verdade resgata a velha modalidade de educação tecnicista que visa atender ao mercado capitalista. O novo ensino médio afeta diretamente a Geografia, seja na redução da carga horária ou na diminuição de conteúdos o que certamente comprometerá a formação de cidadãos críticos e participativos. (CAATINGA, 2022).

Para Floresta Amazônica (2022), o maior problema que cita, além da redução da carga horária, são os livros didáticos, pois:

[...] ao adotar o livro didático por área, estes livros acabaram deixando de fora conteúdos básicos da Geografia como: coordenadas geográficas, fuso horário, além dos conteúdos geopolíticos, entre outros (FLORESTA AMAZÔNICA, 2022).

Percebe-se que a maioria dos sujeitos da pesquisa concebem as reformas da BNCC, em especial ao ensino de Geografia um prejuízo ao desenvolvimento do senso crítico dos alunos, elementos de essencial valor para formação de cidadãos participativos e autônomos. Complementam as discussões enfatizando que as escolas, em sua maioria fazem adequações possíveis para atender a demanda e essas nem sempre são as melhores, uma vez que os recursos disponíveis pelo poder público para a educação são poucos frente a real necessidade educacional. Diante dos comentários expostos nas rodas de conversa, fica claro até aqui, o descontentamento por parte dos docentes quanto a desvalorização da Ciência Geográfica, a redução ou não oferta do componente curricular e a perda da autonomia docente, mas principalmente pelo retrocesso a um ensino voltado para formação técnica e mercadológica.

### 3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As mudanças exigidas pela "Reforma do Ensino Médio" vão além de mera redução de

carga horária e criação de componentes curriculares nas escolas, uma vez que exigem uma transformação estrutural no corpo docente e na própria infraestrutura escolar, exigindo muito mais que apenas boa vontade dos gestores, educadores, educandos e toda comunidade. Centrada na formação de habilidades e competências dos educandos, tais mudanças promovem uma formação curricular aligeirada, embasada em conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática que são obrigatórios e o esvaziamento das disciplinas reflexivas e críticas que promovam de fato a cidadania participativa. Tal proposta apresenta o alinhamento do governo aos interesses mercadológicos que conseqüentemente levará a maior desigualdade social.

Nesse sentido, infere-se que a Reforma do Ensino Médio, assim como outras reformas que aconteceram ao longo dos anos no sistema educacional do Brasil, não foi discutidas a exaustão e muito menos planejada para atender as reais necessidades de educadores e educandos, mas sim, demonstra claramente que a educação está a serviço do Estado e do capital para formação de mão de obra.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Dispõe sobre a Reforma do Ensino Médio Brasileiro**, Brasília DF, 2017.

PONTUSCHKA, N.N; PAGANELLI, I. T; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.